

DESASTRE E RECONSTRUÇÃO: ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO DOS BAÚS, ILHOTA, SC, BRASIL.

Área Temática: Problemas ambientais, cambio climático y gestión de riesgos

Autora: Lisangela Albino

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

E-mail: lisangelaalbino@gmail.com

Co-autor: Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas

Universidade do estado de Santa Catarina - UDESC

E-mail: pmariofreitas@gmail.com

RESUMO

Os desastres de 2008 no estado de Santa Catarina ficaram marcados por sua intensidade e impactos. O expressivo volume de chuva registrado neste período, somado às condições geológicas e geomorfológicas da região, resultou em deslizamentos de grande porte e inundações bruscas. As vulnerabilidades decorrentes das peculiaridades da ocupação humana e suas atividades econômicas determinaram um considerável conjunto de impactos. Tais impactos estão bem expressos no total de 47 mortes no Município de Ilhota, sendo que, na Região dos Baús, zona rural, foram computadas 32 mortes, além da perda total na agricultura e sérios danos em outras atividades econômicas. O objetivo geral desta pesquisa é apresentar o resultado da análise dos impactos socioeconômicos do desastre de 2008 na Região dos Baús, Ilhota, SC, Brasil, e quais medidas estruturais e de apoio governamental foram adotadas para auxiliar na retomada das atividades econômicas. Para atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) avaliar a atual situação econômica dos agricultores e dos donos de comércio e indústria; e, 2) compreender os principais problemas socioeconômicos ocasionados pela execução das obras de reconstrução. Quanto à metodologia, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso e utilizou a abordagem de métodos mistos para integrar os enfoques qualitativos e quantitativos, com a finalidade de aprofundar os aspectos específicos dos grupos estudados (produtores de banana, arroz, palmeira real da Austrália, silvicultores, donos de comércio e indústria) sobre a retomada de suas atividades após o desastre. Como estratégia de coleta de dados foram efetuados os seguintes procedimentos: saídas de campo, análise documental, entrevistas semi-estruturadas, além de entrevista aberta com representantes da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do município de Ilhota. Os resultados obtidos demonstram que a retomada das atividades agrícolas, industriais e comerciais ocorreram com pouca ou nula ajuda Governamental. Na agricultura, observou-se que os deslizamentos ocasionaram uma considerável alteração da qualidade do solo, especialmente pela remoção da camada orgânica, fato que culminou na queda da produção e no conseqüente endividamento dos agricultores. As deficiências encontradas nas obras de reconstrução resultaram na criação de novos cenários de risco e dificultaram a resiliência local.

Palavras-Chave: Desastre. Análise Socioeconômica. Meio Rural. Reconstrução.

INTRODUÇÃO

O debate sobre desastres se tornou frequente a partir de 1970, quando o número de populações afetadas e de perdas econômicas registrou um crescimento considerável. Uma das principais causas do aumento dos impactos dos desastres se deve a um acelerado processo de urbanização, associado a uma desordenada ocupação do solo, com ausência de adequadas políticas de ordenamento territorial. Conforme Narváez, Lavell & Ortega (2009), sob ponto de vista do planejamento regional e urbano, a análise de fatores geográficos, geológicos, ecológicos e de infraestrutura e, por conseguinte, de ameaças, vulnerabilidades e risco, deve ser a mais completa possível para orientar e determinar as áreas e os usos e ocupação do solo, assim como, para realizar as intervenções necessárias no meio ambiente e na construção de habitações. O planejamento administrativo, social e econômico deve definir as responsabilidades para que se cumpram certas medidas gerais (administrativas, legais, financeiras e fiscais) que resultem no bom aproveitamento das potencialidades do solo e na execução correta das intervenções do meio ambiente. De acordo com Colaud (1989), o planejamento somente será eficaz se levar a cabo os programas econômicos e sociais elaborados de acordo com o respectivo espaço geográfico, no qual se tenha uma clara visão de ordenamento territorial a curto e longo prazo. Deverá existir coerência e simultaneidade dos diversos tipos de planejamento e programação setorial com variadas escalas do ordenamento territorial. Hoje em dia, nota-se a necessidade de uma abertura para novos enfoques da regionalização, a qual, por muitos anos, seguiu a tradicional forma de planejamento condicionada por conceitos simplificadoros e lineares da economia. O conhecimento sobre os eventos presentes em uma determinada região, mesmo que não se saiba com exatidão quando podem ocorrer, é primordial para o desenvolvimento regional, pois os dados sobre os seus efeitos ou perdas permite que os planos de desenvolvimento sejam capazes de definir medidas que evitem ou atenuem as consequências dos futuros desastres.

O conceito de desastre é definido por Cardona (1993) como um evento que ocorre, na maioria dos casos, de forma repentina ou inesperada e causa alterações significativas sobre os elementos a que estão submetidos. Estas alterações podem ser observadas na saúde da população, na destruição e bens da sociedade e/ou danos severos sobre o meio ambiente. A situação gerada pelo desastre representa a desorganização dos padrões de normalidade da vida cotidiana, onde estão presentes o sofrimento e o desamparo de pessoas, assim como os efeitos negativos sobre a estrutura socioeconômica de uma região ou país e a modificação do meio ambiente, com necessidade de intervenção imediata. Cuny (1985) conceitua desastre como a relação entre o risco (natural ou provocado pelo homem) e uma sociedade em condições de vulnerabilidade.

A compreensão do conceito de vulnerabilidade social se tornou elemento chave para a compreensão do grau do impacto que determinada sociedade sofrerá frente a um evento físico, e auxilia na análise de suas especificidades para propiciar mecanismos eficientes de resposta aos desastres e mitigação dos riscos com a inclusão da participação das comunidades. Uma sociedade é vulnerável a um fenômeno natural quando se encontra susceptível a sofrer danos e a se recuperar. Conforme Lavell (1994), o conceito de vulnerabilidade se refere às condições da sociedade que a deixa propensa a sofrer os impactos de um evento físico determinado, de pequena, média ou grande amplitude.

Wilches-Chaux (1993) clarifica a relação da existência da ameaça frente às vulnerabilidades sociais da seguinte maneira: “como ameaça (para uma comunidade) consideramos a probabilidade de que ocorra um desastre frente ao qual essa comunidade particular é vulnerável” (WILCHES-CHAUX, 1993, p.18). É de suma importância que se faça a diferenciação entre a ameaça e o evento que a caracteriza, pois a ameaça significa a probabilidade da ocorrência de um evento, com certo grau de severidade, enquanto o evento representa o fenômeno por suas características, sua dimensão e localização geográfica. A ameaça está relacionada com o perigo e significa a possível ocorrência de um fenômeno físico de origem natural, de origem tecnológica ou provocado pelas ações humanas (CARDONA, 1993).

De acordo com a UNDP (2004) o risco de desastre é a probabilidade de perda inesperada para uma área habitada em um determinado tempo, devido à presença eminente de um perigo. Para

a PNDC (2008) risco é classificado como a “relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize, com grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos”

O município de Ilhota, universo da pesquisa, está localizado no Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina, Brasil. Limita-se com os municípios de Luís Alves, Itajaí, Navegantes e Gaspar. Inserido na bacia do Rio Itajaí-Açu, tem seu território dividido em duas porções pelo Rio. Na margem direita estão localizados os bairros Centro, Vila Nova, Ilhotinha, Bairro das Missões, além das localidades de São João, Barra de Luis Alves, Boa Vista, Minas, Alto Minas e Laranjeiras de Minas; na margem esquerda estão as localidades de Pedra do Amolar, Lagoa, São Pedro, Laranjeiras, Caieira, Fruteira, Baú Baixo, Baú Central, Braço do Baú, Alto Braço do Baú, Baú Seco, Alto Baú e Barranco Alto (MENEZES, 2009). A área de pesquisa está circunscrita aos seis bairros que compõem a conhecida Região dos Baús (Baú Baixo, Baú Central, Braço do Baú, Alto Braço do Baú, Baú Seco e Alto Baú). Nestes bairros são desenvolvidas atividades tipicamente agrícolas como o cultivo de arroz irrigado, banana, silvicultura, palmeira Real da Austrália, hortifrutigranjeiros, pecuária e atividades outras atividades econômicas como fábricas de conservas, facções e pequeno comércio local. De acordo com o censo do IBGE de 2010, o Município possui o número total de 12.355 habitantes e uma área de 253 quilômetros quadrados. Deste total, aproximadamente 5.000 habitantes vivem na margem esquerda do rio Itajaí-Açu. A zona rural é constituída de mais de 450 pequenas propriedades, na qual as áreas não ultrapassam 25 hectares. Ao todo, segundo o Incra, o Município possui 653 propriedades e somente onze delas possuem áreas entre 200 a mil hectares.

No dia 23 de novembro de 2008, devido aos altos índices pluviométricos e às inundações e deslizamentos a eles associados, registrou-se no Município de Ilhota 47 óbitos, 1 desaparecimento, 3.500 desalojados, 1300 desabrigados e 406 residências foram destruídas ou soterradas. Na Região dos Baús morreram 32 pessoas. A perda na agricultura foi total, fábricas fecharam e o comércio local foi afetado diretamente. Durante o desastre as principais vias de acesso estiveram obstruídas, tanto por material proveniente dos deslizamentos como por inundações em vários trechos das estradas. Famílias ficaram isoladas enquanto aguardavam por socorro.

Em janeiro de 2009 começou o processo de reconstrução da Região dos Baús, Ilhota, SC. Para Lavell (1996), os planos de reconstrução devem ser elaborados com a finalidade de devolver às sociedades suas condições preexistentes ao desastre e voltar às condições de “normalidade”, além de promover o restabelecimento de condições adequadas de vida, reabilitar ou reconstruir a área afetada, bens e serviços interrompidos e reativar do desenvolvimento socioeconômico.

Conforme o relatório de Reconstrução Áreas Afetadas Catástrofe Novembro/2008 (SC, 2008), especificamente, no município de Ilhota, foi identificada a necessidade de construção de 220 unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais. Uma unidade escolar foi danificada. Relatou-se a necessidade de reconstrução/recuperação de 12 pontes, além da desobstrução e regularização de vias (serviços de recomposição de erosões na pista e revestimento primário, além da remoção de barreiras).

Parte das obras estruturais realizadas durante o processo de reconstrução apresentaram graves problemas decorrentes da falta de planejamento, tais como: morosidade na entrega das casas para os desabrigados, trechos do calçamento da principal via de acesso da Região com necessidade de reparos constantes, obras de retaludamento e contenção de encostas executados de maneira inadequada, assim como a reconstrução de duas pontes que tiveram duração de apenas um ano e comprometeram o escoamento da produção de madeira do bairro Alto Baú, principal atividade econômica do bairro. Apesar de haver o repasse de verbas pelo Governo, as obras estruturais demoram muito tempo para serem executadas e dificultaram a volta das condições de normalidade. Os órgãos estaduais responsáveis pelas obras de reconstrução no Município não as executaram de forma a promover a resiliência frente a um novo desastre.

O objetivo geral da pesquisa é apresentar o resultado da análise dos impactos socioeconômicos do desastre de 2008 na Região dos Baús, Ilhota, SC, Brasil, e quais medidas estruturais e de apoio governamental foram adotadas para auxiliar na retomada das atividades

econômicas. Para atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) avaliar a atual situação econômica dos agricultores e dos donos de comércio e indústria; e, 2) compreender os principais problemas socioeconômicos ocasionados pela execução das obras de reconstrução. Assim, busca-se aprofundar a compreensão de questões relacionadas aos desastres, suas conseqüentes perdas sociais e econômicas e os aspectos que envolvem o planejamento para auxiliar as comunidades atingidas a recuperar-se durante o período pós-desastre, ou seja, na fase de reconstrução e trazê-lo as condições de normalidade.

O estudo a que este artigo se reporta corresponde a uma parcela dos resultados obtidos na dissertação de (Albino, 2014), intitulada “O Desastre em Meio Rural: análise dos Impactos socioeconômicos na Região dos Baús, Ilhota, SC”, aprovada pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

DESENHO METODOLÓGICO

Por se tratar de uma análise socioeconômica do meio rural do município de Ilhota, a Região dos Baús, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso. O estudo de caso é o aprofundamento do estudo de um caso individual, realizado de forma detalhada. Conforme Goldenberg (1999) o estudo de caso se tornou uma das modalidades mais utilizadas pela pesquisa qualitativa, pois se trata de uma análise holística, em que a unidade social é estudada como um todo. A pesquisa precisa estar embasada em uma plataforma teórica, reunir o maior número de informações que respondam aos objetivos do estudo, utilizando-se de diferentes técnicas para o levantamento de dados, informações e evidências.

ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS, INSTRUMENTOS E AMOSTRA CONVIDADA

Para a coleta de dados se utilizou os seguintes procedimentos: saídas de campo, análise documental e entrevistas semi-estruturadas com agricultores e representantes do comércio e indústria da Região dos Baús.

Para realização das entrevistas com os agricultores foram selecionados os grupos mais representativos: rizicultores, bananicultores, silvicultores e produtores da palmeira Real da Austrália. Uma particularidade observada na agricultura é o fato dos proprietários possuírem uma ou mais propriedades e praticarem a policultura. Os rizicultores, em sua grande maioria, cultivam somente arroz, porém, em algumas propriedades próximas às encostas, são encontradas plantações de eucalipto, palmeira e/ou banana. Não foram identificadas propriedades rurais exclusivamente de palmeira Real da Austrália ou eucalipto, pois esses cultivos demoram mais do que cinco anos para atingirem o tamanho ideal de corte. Outra peculiaridade da agricultura na área de estudo é a existência de poucos rizicultores e bananicultores que são donos de uma ou duas propriedades e responsáveis por aproximadamente 60% da produção de banana e arroz. Desta forma, foram entrevistados todos os principais produtores e outros proprietários com menor produção e posse de terras.

A coleta de dados qualitativos e quantitativos assentou na realização de entrevistas individuais, com questões fechadas e abertas (semiestruturadas). Para avaliar os impactos do desastre sobre a indústria e comércio da Região dos Baús, selecionou-se proprietários dos seguintes segmentos: donos de fábricas, malharias e comércio de roupas, serrarias e madeireiras, parques aquáticos e panificadoras.

A amostra convidada de agricultores foi 13 (n=13) e de donos de comércio e indústria foi 9 (n=9).

As respostas fechadas foram tratadas estatisticamente, ou seja, com frequências absolutas, uma vez que a amostra coletada em campo é pequena e um tratamento com frequências

relativas/porcentagens não é adequado. As respostas das questões abertas foram organizadas e apresentadas em tabelas de amostragem de respostas-tipo e alvo de tratamento estatístico descritivo.

RESULTADOS OBTIDOS

Análise dos dados sobre as condições socioeconômicas dos agricultores atingidos durante o desastre de 2008 e problemas socioeconômicos ocasionados pela execução das obras de reconstrução na Região dos Baús

O questionário aplicado aos agricultores da Região dos Baús objetivou avaliar as perdas decorrentes do desastre de 2008 e as principais dificuldades dos agricultores para recuperar as propriedades, apresentar resultados referentes às possíveis mudanças ocorridas no solo após ser severamente atingido por inundações e/ou deslizamentos e suas consequências para a agricultura e identificar as dificuldades decorrentes da execução das obras de reconstrução.

Os resultados obtidos quanto a caracterização das propriedades rurais da Região dos Baús demonstra que, dos 13 entrevistados, apenas 2 são somente arrendatários e nenhuma propriedade familiar foi identificada. A faixa etária predominante dos agricultores é acima de 58 anos ou mais (8 entrevistados). As idades de 3 entrevistados variam entre 48 e 56 anos e, apenas 1, tem idade inferior a 48 anos. Uma parcela dos agricultores considera a terra que cultiva na propriedade há mais de 30 anos, fato diretamente relacionado com a posse da terra ter ocorrido por meio de herança. Os tamanhos predominantes das propriedades agrícolas da Região dos Baús são, respectivamente, de 10 a 20 hectares e 60 ou mais hectares.

O tipo de mão-de-obra mais utilizado nas lavouras é o familiar. Apenas um dos entrevistados, além da mão-de-obra em família, contrata um funcionário para auxiliar no cultivo das bananas. Quando à número de funcionários assalariados, somente um proprietário possui um único funcionário fixo assalariado. O corte do eucalipto e da palmeira fica sob responsabilidade direta dos compradores que irão comercializá-los.

O grau de especialização das propriedades rurais da Região dos Baús se caracteriza, especialmente, pela produção voltada para o abastecimento do mercado. A produção do arroz da Região dos Baús é destinada às seguintes empresas: Vila Nova e Arroz Urbano em Joinville, Moinho do Vale e Sabor Sul em Jaraguá do Sul e para a empresa Everest localizada em Foz do Iguaçu, Paraná. A produção de banana tem como destino o próprio Município e municípios próximos à Ilhota, tais como: Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó. Um dos produtores de banana vende a sua produção para um comprador no Rio Grande do Sul. O eucalipto é comercializado no próprio Município e nos arredores: Gaspar, Brusque e Itajaí. Assim como o eucalipto, a produção da palmeira tem como destino compradores locais e municípios dos arredores.

Quanto à utilização de maquinários, 10 produtores, dos 13 entrevistados, fazem uso de maquinários na produção.

As perdas na agricultura decorrentes das inundações e deslizamentos ocorridos em 2008 foram de vasto impacto para a economia da Região dos Baús e para a vida dos agricultores. Um considerável número de propriedades de cultivo de arroz, localizadas nas planícies de inundação, foram soterradas pelo material descido das encostas (solo, troncos de árvores e entulhos). Cultivos de banana, predominantes nas encostas, foram atingidos pelos deslizamentos. A figura 1 mostra o deslizamento ocorrido no topo do morro, material descido da encosta e a pequena parcela que restou do bananal.



Figura 1 Deslizamento ocorrido no topo do morro, material descido da encosta (solo, troncos e rochas) e a pequena parte que restou do bananal. Local: Braço do Baú.
Autor: Vidal Reichet

Quando questionados sobre a produção agrícola antes do desastre e as perdas decorrentes dele, nota-se que alguns tipos de atividades, como o da laranja e a prática piscicultura, não voltaram a ser praticados após a recuperação do terreno (tabela 1).

Produtos	Quantidade produzida antes do desastre	Perdas após o desastre de 2008
Laranja, arroz, peixe e banana	"Produzia 3.000 caixas de laranja por ano e 150 sacas de arroz."	"5 mil sacas de arroz; 1 lagoa de peixe; cultivo de banana e laranja"
Arroz	"10.000 sacas de arroz."	"Perdi 70% da produção no desastre e no primeiro ano após o desastre a produção baixou 30%."
Arroz	"Em média, de 140 a 150 sacas por hectare por ano."	"30 sacas de arroz por hectare."
Banana, arroz e laranja	"150 sacas de arroz por ano e produzia laranja também."	"2 mil caixas de banana. Em 2008 perdi 90% da produção."
Arroz	"150 sacas por hectare".	"100% de tudo"
Arroz	"2.250 sacas de arroz em 13 hectares."	"Perdi 100% da produção."
Banana	"20.000 caixas de banana por ano."	"Perdi 90% da produção."
Banana	"500 caixas por mês. Aproximadamente 25 kg por caixa."	"Arroz: 100% de perda; eucalipto e palmeira não tive perda."
Arroz	"650 sacas de arroz."	"100%"
Arroz	"3.500 sacas de arroz por ano."	"Mais de 50 %."
Banana	"Em média, 140 toneladas de banana."	"12.000 caixas de banana"
Arroz	"Em média, 150 sacas por hectare."	"100% de tudo."
Banana, palmeira, aipim, batata, frutas, feijão e hortaliças	"Produzia banana, palmeira, aipim, batata, frutas, feijão e hortaliças. Tudo pro nosso consumo."	"O rio colocou 2 metros de areia em cima de tudo o que eu plantava. Estou esperando a Prefeitura terminar de arrumar o terreno desde 2008."

Tabela 1 Cultivos, quantidade produzida antes do desastre e perdas após o desastre

Cinco anos após a tragédia no Morro do Baú, 7 dos entrevistados continuam a produzir menos do que antes do desastre, 4 voltaram a produzir a mesma quantidade do que antes de 2008 e 2 agricultores mudaram o tipo de cultivo e não fizeram nenhuma colheita desde o desastre. Os agricultores que mudaram o cultivo tiveram 100% de perdas na lavoura e seus terrenos foram completamente destruídos. Após a recuperação do terreno, optaram pelo cultivo de palmeira e/ou

eucalipto, que demoram, em média, 5 anos ou mais para atingirem o tamanho adequado de poda e posterior comercialização.

Quando questionados sobre o tempo que levaram para trazer os cultivos às condições de normalidade, as respostas mais frequentes foram: 5 anos ou mais (5 agricultores); 2 anos (4 agricultores), seguida de 3 e 1 ano, respectivamente, (4 agricultores).

A quantidade de material descido das encostas e a mudança no curso de alguns rios fez com houvesse perda da área cultivável em algumas propriedades. 7 entrevistados afirmam que não conseguiram, mesmo com o uso de máquinas, remover a quantidade de rochas e solo trazidos pela para a plantação. Deste total, apenas 1 agricultor teve perda da área da propriedade de cultivo de arroz devido à mudança no curso do rio. 6 agricultores não tiveram perda de área cultivável.

Além da perda de área cultivável, os agricultores relataram que houve perda na qualidade do solo para todos os tipos de cultivos na Região dos Baús, motivo pelo qual alguns entrevistados ainda não trouxeram a produção agrícola às condições de normalidade (tabela 2).

Relatos dos agricultores sobre a perda de qualidade do solo

"A água da chuva levou toda a terra fértil e deixou só areia e pedras. Precisa de muito mais adubo e ainda produz menos do que antes do desastre."

"A correnteza levou toda a terra boa, ficou só areia e pedra. A produção não voltou à normalidade porque o arroz não alcança o porte bom para a colheita."

"Acredito que não alterou a qualidade do solo."

"Agora só tem areia no meu terreno. Não nasce mais nada. Ficou mais fraco ainda."

"Agora tem muita areia no cultivo do arroz e não produz mais o mesmo. O solo ficou fraco e preciso adubar muito."

"Algumas partes do terrenos o solo ficou mais ácido... Tem areia."

"Depois do desastre não vinga mais como antes. Mesmo que coloque adubo não vem."

"Ficou bem pior... Tudo foi soterrado... 4 e até 5 metros de barro em cima de tudo. Agora precisa adubar senão não nasce nada."

"O terreno ficou muito mais arenoso... muito fraco... precisa de adubo. A planta não desenvolve tão bem quanto antes."

"Mudou pra pior 90% da área de cultivo do terreno porque a terra boa ficou soterrada de barro fraco. Precisa de muito adubo agora. Se não colocar adubo e esterco não nasce nada... Nem formiga e inseto se achava no terreno depois do desastre."

"Porque desceu muita pedra em cima da plantação. Agora precisa colocar muito adubo porque a terra ficou fraca."

"Sim. O excesso de chuva lavou a terra... Levou tudo embora. Agora precisa colocar muito esterco e calcário pra tentar produzir como antes."

Tabela 2 Amostra de respostas dos agricultores sobre a perda da qualidade do solo após o desastre de 2008

A fala a seguir apresenta o relato de um produtor de bananas (E10) ao explicar os motivos da queda da produção agrícola devido às alterações ocorridas no solo. Sua propriedade foi atingida por deslizamentos:

"Ela produz menos porque teve área que ela trouxe a terra... no caso o solo que ela trouxe dos morro com a água ela levou a "terra forte" o que nós chamamo de terra fértil levou pros rio e ela deixou só as pedra... a areia... Então afetou a produção. Porque se ela só tivesse trazido a terra do morro e deixado aqui, aí até ela podia produzir mais... Mas, o problema é que o que desceu a água foi levando... o que desceu foi a terra fértil. A areia e as pedra que são mais pesada foi ficando, né? Então ela tem uma perda na produção. No momento a gente tá colocando mais adubo e produzindo menos porque, pode até olhar a área que aí no momento não foi atingida pela terra que veio do morro, a produção é diferenciada. É melhor a produção... Os cacho de banana são bem maior... Com o tempo ela pode até igualar, mas no momento agora a perda é grande. Dá quase a metade da diferença. Por exemplo... se o pé dá 40kg, do outro você tá colhendo 20kg, onde desceu o solo (E10, 2013)."

Em muitos casos, além da perda na lavoura, 5 dos entrevistados também registraram a danos nos maquinários utilizados na propriedade, tais como: perda ou danos em tratores, colheitadeiras, tobatas e galpões. Além dos maquinários, 5 dos entrevistados tiveram sua moradia atingida por deslizamentos e/ou inundações.



Figura 2 Casa de um agricultor atingida por deslizamento em 2008
Autor: Vidal Reichert, 2008.

Somente um dos entrevistados possuía seguro da propriedade, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) financiador de projetos agrários para agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O entrevistado conseguiu 22 mil reais através do seguro para recuperar 12 mil hectares da propriedade de cultivo de arroz.

Com o imensurável impacto socioeconômico sofrido pelos moradores da Região dos Baús, graças as campanhas transmitidas para todo o Brasil pelos mais variados meios de comunicação, as doações para os atingidos chegaram por meio de aviões e de transporte terrestre. A distribuição das cestas básicas ficou sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, na qual as famílias atingidas foram cadastradas. Cabe-nos analisar o que de fato chegou aos agricultores afetados pelo desastre.

Quanto à ajuda Governamental para recuperação da propriedade agrícola, 10 entrevistados não receberam ajuda. Dois agricultores citaram como ajuda Governamental: o recebimento de 1 poste de luz, um relógio de medição da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A.) e o dinheiro do PRONAF.

Em relação à ajuda do Município para a recuperação da atividade rural, 12 agricultores não receberam nenhum tipo de ajuda. Apenas um entrevistado recebeu hora máquina (somente para liberar o acesso à propriedade). Todos reclamaram por terem que pagar hora máquina para abrir os acessos, pois a quantidade de máquinas, algumas vindas até de outros Estados, permaneceram paradas por dias. Tanto à abertura dos acessos para as propriedades quanto a recuperação e limpeza da área cultivável foi feita ou com os maquinários dos vizinhos e amigos que moravam próximos ou por hora máquina contratada.

No que diz respeito às doações entregues pela Proteção e Defesa Civil Municipal, 7 agricultores afirmam ter recebido algum tipo de ajuda e 6 não receberam nada. Dentre as doações citadas pelos agricultores estão: cestas básicas, água potável, eletrodomésticos, móveis e ajuda em dinheiro para o aluguel durante seis meses. A tabela 3 apresenta a amostra de espostas sobre o tipo de doação recebida pelos agricultores:

Amostra de respostas-tipo sobre doações recebidas através da Defesa Civil Municipal para os agricultores da Região dos Baús

"Recebi alimentos e água da Defesa Civil. "

"Cesta básica e água potável. "

"Só 2 cestas básicas."

"Geladeira, mesa, fogão e um colchão. "

"Eu recebi uma ajuda em dinheiro pro aluguel durante 6 meses."

"1 Cesta básica. "

"1 Cesta básica. "

"Poucos móveis e 2 colchões."

Tabela 3 Amostra de respostas-tipo sobre doações recebidas através da Defesa Civil Municipal para os agricultores da Região dos Baús.

Uma das medidas tomadas pelo Governo Federal para auxiliar os trabalhadores das áreas afetadas por desastres é a liberação do (FGTS) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, porém, no caso dos agricultores, esse benefício não auxilia na recuperação, pois não trabalham com carteira assinada. 100% dos entrevistados não fizeram uso do FGTS.

Com pouco ou nenhum auxílio Governamental e sem seguro na propriedade, 8 agricultores se viram obrigados a adquirir empréstimos para recuperar a propriedade. Cinco entrevistados não realizaram empréstimo. Os empréstimos foram adquiridos no início de 2009, como 3 anos de carência e 10 anos para quitá-lo, ou seja, levarão 13 anos para terminar a dívida que obtiveram após o desastre de 2008. A tabela 4 apresenta as respostas dos agricultores da Região dos Baús sobre a aquisição de empréstimo após o desastre de 2008 e o tempo que levarão para quitá-lo.

Aquisição de empréstimo/financiamento e tempo para quitá-lo.

"Precisei pegar 100 mil reais de empréstimo no ano de 2009. São 10 anos para pagar."

Peguei um financiamento de 10 anos em 2009, com 3 anos de carência.

"Já paguei. Fiz o empréstimo em 2009. Quitei em 2012."

10 anos pra pagar

Termino de pagar só em 2016

"Peguei 6.000 reais de empréstimo em 2009 e ainda devo 6 anos."

"Peguei um financiamento em 2009 e só vou quitar em 2017."

"Peguei o empréstimo em 2009. São 10 anos pra pagar com mais 3 anos de carência."

Tabela 4 Aquisição de empréstimo/financiamento e tempo para quitá-lo - agricultura

Quando questionados sobre a possibilidade de recuperação da atividade agrícola frente a um possível novo desastre de proporções semelhantes ao de 2008, 11 afirmaram que não teriam condições de se recuperar novamente.

As justificativas sobre a recuperação ou não recuperação dos agricultores frente a um possível novo desastre demonstra que o principal problema dos proprietários dos cultivos de arroz é baixo custo da saca e o alto valor do adubo utilizado, não compensando adquirir novo empréstimo e investir na atividade. De acordo com as entrevistas realizadas, os bananicultores estão mais endividados do que os rizicultores, fato que não permitiria a aquisição de outro empréstimo. A tabela 5 apresenta as justificativas para o abandono ou continuidade da atividade agrícola frente a um possível novo desastre:

Amostra de respostas dos agricultores sobre a possibilidade de recuperação frente à um novo desastre

Arroz	"O custo é muito alto e o preço da saca do arroz tá muito baixo."
Arroz	"Hoje não valeria mais a pena por causa do baixo preço da saca de arroz."
Arroz	"Não compensa por causa do baixo preço do arroz."
Banana	"Eu não teria condições porque ainda não me recuperei financeiramente e nem emocionalmente... Eu não teria forças novamente para recomeçar tudo de novo."
Banana	Não compensa porque o preço do arroz tá muito baixo e o adubo é muito caro."
	"Não. Estou muito velho pra recomeçar do zero de novo."
Arroz	"Se dá outra dessas não tem condição... Eu saio daqui."
Arroz	"Eu nem ia tentar mais porque o valor do arroz tá muito baixo no mercado."
Banana	"Eu ainda to sem dinheiro. A banana não produz a mesma coisa e não teria condições de pegar empréstimo. Não teria como pagar."

Eucalipto e palmeira	"Porque onde a casa está localizada agora não tem mais tanto barro pra descer dos morros. Já desceu quase tudo... Se descer é o que tá solto ainda, mas é bem menor quantidade."
Eucalipto e palmeira	"Se precisar tem como a família me ajudar financeiramente."

Tabela 5 Amostra de respostas dos agricultores sobre a possibilidade de recuperação frente à um novo desastre

A tabela 6 apresenta a amostragem das respostas-tipo de sugestões dos sobre as medidas que o Governo poderia criar para auxiliar os agricultores que tem suas propriedades localizadas em áreas de risco de inundação e/ou deslizamento.

Amostra das sugestões sobre as medidas que o Governo poderia tomar para auxiliar agricultores que vivem em áreas de risco.

"Um seguro que cubra mais danos quando ocorre desastre."
"Oferecer seguro sobre os terrenos e oferecer maquinários da Prefeitura para ajudar a arrumar o terreno depois do desastre."
"Oferecer mais máquinas pra arrumar os terrenos depois do desastre."
"Mais ajuda do Governo e seguro com o preço mais baixo."
"A EPAGRI deveria fazer o levantamento, colocar o dinheiro no Banco do Brasil e passar direto pra agricultor. Nada de passar pela Prefeitura porque não chega nada na gente. Não ganhamos nenhuma hora máquina pra arrumar as terras e veio 1, 6 milhões pra isso."
"Investir em maquinários para arrumar os terrenos depois do desastre."
"Deviam criar um seguro pra calamidades com menos juros."
"O Governo podia dar hora máquina e maquinário pra ajudar a arrumar o terreno... e o óleo diesel também."
"Deviam ajudar os agricultores com maquinários pra arrumar os terrenos."
"O Governo deveria dar máquinas pra ajudar a preparar o terreno depois de um desastre... Preparar o solo pra cultivar de novo."
" Não sei se é viável ficar investindo dinheiro nessas áreas de risco ou se seria melhor indenizar os agricultores e transformar tudo em Parque... área de preservação..."
Acho que o Governo não tem muito o que fazer pra evitar as inundações. Para deslizamento ´podem ser feitas bancadas para estabilizar o terreno. Ajudaria muito se os empréstimos fossem bem mais baixo... Que permita ter lucro primeiro pra depois ir pagando aos poucos... com uma carência maior."
"Deviam ajudar com casa. Ajudar com empréstimo de juro baixo, com uns 10 anos de carência pra poder ter lucro e pagar."

Tabela 6 Amostra das sugestões sobre as medidas que o Governo poderia tomar para auxiliar agricultores que vivem em áreas de risco.

Os impactos das obras de reconstrução também foram citados pelos agricultores como um fator dificultador da retomada das atividades agrícolas. 11 entrevistados afirmaram que a lentidão e o serviço mal feito nas estradas comprometeram o acesso para as propriedades que precisavam ser recuperadas, assim como o escoamento da produção. Os produtores de arroz localizados no bairro Baú Baixo, local de mais fácil acesso, foram menos prejudicados pelas obras de reconstrução. 2 entrevistados não se sentiram prejudicados pelas obras de reconstrução. A tabela 7 apresenta a s respostas dos agricultores sobre os impactos das obras de reconstrução.

Amostra das respostas dos agricultores sobre o impacto das obras de reconstrução na Região dos Baús, Ilhota, SC.

"Demorou muito para arrumar as estradas."
"A obras de reconstrução atrapalharam por causa da lentidão e dos serviços mal feitos nas estradas."
"Demorou muito tempo."
"Fiquei 2 meses sem acesso à propriedade... sem mexer no cultivo por causa das estradas."
"Pro arroz não afetou... Só pras madeiras lá em cima (Alto Baú)."
Tinha um monte de máquinas por aqui... da Prefeitura e máquinas que vieram de fora pra ajudar... Ficavam paradas... Quem abriu os acessos daqui foram os vizinhos que tinham tratores."
"Aqui no Baú Baixo, pro arroz, não dificultou muito."
"Demorou muito pra liberar o acesso aqui. Tinha máquina disponível, mas não faziam nada. Ficavam paradas."
" Dificultaram muito. Aqui no Alto Baú foi por causa da falta de pontes de pois do desastre que todas as madeiras foram embora daqui.precisa estrada boa."
"O acesso ficou muito difícil. Fiquei um ano parado, sem conseguir chegar onde tinha palmeira plantada."

"Muita demora nas obras. No Alto Baú não ficaram sem conseguir transportar madeira e todas as madeiras de lá fecharam... Não tem mais nada."

"No início sim. Tem lugares que ficaram mais de 1 ano sem estrada pra escoamento de produção... No Alto Baú as madeiras fecharam por causa disso e das pontes..."

Ficamos 3 meses sem produção por causa do acesso."

Tabela 7 Amostra das respostas dos agricultores sobre o impacto das obras de reconstrução na Região dos Baús

Análise dos dados sobre as condições socioeconômicas dos proprietários de indústria ou comércio atingidos durante o desastre de 2008 e problemas socioeconômicos ocasionados pela execução das obras de reconstrução na Região dos Baús

O comércio da Região dos Baús é bastante restrito e, em sua maioria, localiza-se no bairro Braço do Baú. Nele podemos encontrar farmácia (1), panificadora (1), oficina mecânica (2), supermercado (1) e restaurante (1).

A indústria se caracteriza pela presença de serrarias (aproximadamente 20) e facções (aproximadamente 15), fábricas de conservas (2), podendo-se ainda encontrar fábricas de esquadrias (1) e carrocerias (1). Na área que envolve os seis bairros da Região existem 4 parques aquáticos, um deles encerrou suas atividades após o desastre de 2008. A idade predominante dos proprietários de indústria/comércio é acima dos 46 anos (7 entrevistados) e apenas 2 possuem idades entre 30 e 40 anos.

Do total de entrevistados, 100% teve a atividade completamente parada em decorrência do desastre. O tempo em que a atividade industrial/comercial ficou sem atividade após o desastre varia entre 2 a 6 meses (5 entrevistados). Um dos proprietários levou mais de 8 meses para voltar a produzir. Três proprietários não conseguiram se recuperar e abandonaram a atividade. Os tipos de eventos adversos que atingiram esta atividade foram, respectivamente, inundação (4 entrevistados); inundação e deslizamento (3 entrevistados) e 2 não foram atingidos diretamente por nenhum dos eventos.

Dos problemas decorrentes do desastre, os que representaram maior dificuldade para a retomada das atividades foram, respectivamente: 1) falta de energia elétrica; 2) perda de matérias-primas ou produtos e outros fatores; 3) dificuldade para chegar matérias-primas ou produtos, falta de água, falta de dinheiro para a reforma do estabelecimento e compra de equipamentos; 4) falta de funcionários, perda de equipamentos ou maquinários e dificuldade para o escoamento da produção; e, 5) perda parcial ou total da estrutura física do estabelecimento.

Dentre os maquinários perdidos, são citados: 1) máquinas de costura e teares utilizados nas facções, 2) carros da panificadora utilizados para distribuição dos produtos, 3) bombas de água, fogões e geladeira do parque aquático. 5 dos entrevistados perderam maquinários.

Quatro dos entrevistados, além da atividade industrial/comercial parada, também tiveram suas residências atingidas por inundações e/ou deslizamentos. Mesmo assim, diante das dificuldades enfrentadas, apenas 3 proprietários cogitaram a possibilidade de mudar o estabelecimento de local. O fato de a maioria não querer se mudar está relacionado com a sensação de pertencimento ao local, proximidade da família ou ter recebido como herança o terreno onde foi construído o empreendimento.

Quanto ao conhecimento sobre a saída de empresas da Região após o desastre, os entrevistados citaram: 1) serrarias; 2) fábrica de conservas Martendal; e, 3) cooperativa de costureiras, todas localizadas no bairro Alto Baú. Sete entrevistados se referiram as seguintes empresas, conforme a tabela 8:

Empresas que saíram da Região dos Baús após o desastre de 2008

"Serraria do Carlinhos (Alto Baú) foi para Rodeio; Fábrica de Conservas Martendal (Alto Baú) foi pro bairro Minas, Ilhota; Serraria do Alfredo Siba foi pra Gaspar; Serraria do Osnildo (Alto Baú) foi pra Gaspar."

"As madeiras, quase 80%, se mudaram do Alto Baú por causa da falta de acesso nas estradas. A fábrica de conservas Martendal também se mudou e o Parque Botânico do Morro do Baú tá abandonado até hoje."

"Fábrica de Conserva Matendal e serrarias (Alto Baú)."

"Daniel Galdini (Alambique) foi pro Oeste; Carlinhos Maroca (Serraria) foi pro Oeste; Ciba (Serraria)foi pra Gaspar;

Anibal (2 serrarias) voltou falido e tá com caminhão fazendo frete. No Alto Baú ele não chegava mercadoria pra ele e também não saía; Fabrica de Conservas Martendal (Alto Baú), perderam a fábrica, a casa, uma neta e foram pro bairro Minas em Ilhota.”

“Conservas Martendal (Alto Baú) e alguns colonos que plantavam banana também foram embora.”

“Fábricas de Conserva Martendal - Alto Baú para o bairro Minas (Ilhota); Madeireira do Galdino - Alto Baú para Rodeio; DF Mecânica ficou temporariamente no bairro Baú Baixo e depois voltou pra cá... Faz uns 2 meses.”

“Várias empresas de madeira no Alto Baú; as conservas Martendal, serrarias e fábricas de conserva.”

Tabela 8 Empresas que saíram da Região dos Baús após o desastre de 2008

Sobre as empresas que encerraram suas atividades após o desastre, foram citadas várias madeireiras do localizadas no bairro Alto Baú, assim como a cooperativa de costureiras. As respostas dos entrevistados são apresentadas na tabela 9.

Amostra de respostas sobre empresas que encerraram suas atividades após o desastre de 2008

“Serraria do Aníbal (Alto Baú) e a Cooperativa de Costureiras (Alto Baú).”

“Fecharam muitas madeireiras no Alto Baú. E tinha um pesque e pague aqui perto que fechou também. Os pais vinham pro pesque e pague e deixavam as crianças no nosso parque.”

“Pesque e pague aqui do bairro e umas Madeireiras do Alto Baú.”

“Cooperativa (facção) do Alto Baú. Fechou. Trabalharam por um ano no Galpão da Igreja e depois fecharam; Hammers Bruns (Alto Baú) abandonou tudo e tá morando no centro; Urbano Klein (serraria) perdeu tudo e está no Alto Braço.”

“Aqui no Braço do Baú não fechou nenhuma, todos se reergueram. No Alto Baú sim, fechou serrarias, fábricas de conserva e facção.”

“Conheço a serraria do João Galdino, do Luiz Carlos e do Alfredo Ciba. Essas fecharam todas.”

Tabela 9 Amostra de respostas sobre empresas que encerraram suas atividades após o desastre de 2008

Os dados referentes aos investimentos financeiros (governamentais ou de iniciativa própria) para recuperação da atividade comercial/industrial demonstram que 100% dos entrevistados não possuíam seguro sobre propriedade. A liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), medida tomada pelo Governo Federal para ajudar os atingidos por desastres, não auxiliou os proprietários, pois o único que possuía FGTS relatou que o dinheiro era pouco e não ajudaria a pagar todas as dívidas. Quanto a ajuda do Governo e do Município para a recuperação dos danos advindos do desastre, 8 dos entrevistados não receberam ajuda. As doações oriundas da Defesa Civil Municipal chegaram para apenas 4 dos entrevistados. Os principais produtos recebidos foram: kits e limpeza e cestas básicas. Um dos entrevistados ganhou colchão, roupas, alimentos, água, material para construir a casa, 3 meses de abrigo e mais 3 meses de aluguel. Outro entrevistado relatou que as doações recebidas foram provenientes das campanhas da ADARB (Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús), e não através da Proteção e Defesa Civil Municipal.

Quando questionados sobre a possibilidade de recuperação da atividade comercial/industrial frente à um novo desastre de grande porte, 4 afirmaram que teriam condições de se recuperar novamente, 3 não teriam condições de recuperação e 2 responderam que talvez se recuperassem novamente. Os motivos para não conseguir se recuperar frente à um possível novo desastre estão relacionados com a idade avançada dos comerciantes e a falta de capital de giro.

As sugestões dos comerciantes da Região dos Baús a respeito das medidas governamentais para auxiliar os empresários, donos de estabelecimentos localizados em áreas de risco, referem-se a empréstimos com maior carência e juros mais baixos, incentivo para a empresas localizadas em zona rural, criação de um seguro específico para empresas localizadas em áreas de risco, ajuda com a doação de maquinários que foram perdidos durante o desastre e contratação de funcionários capacitados para executar as obras de reconstrução.

Amostra das sugestões de medidas governamentais para auxiliar os empresários que possuem estabelecimentos localizados em áreas de risco

“Ajudar com empréstimo de maior carência para pagar.”

“Ajudaria se pros empréstimos tivessem juros mais baixos”.

“Incentivo pra área industrial e financiamento com carência de 3 anos.”

“Recurso com juros baixos de empréstimo como o "Revitaliza". Teve gente que não conseguiu fazer empréstimo.”

| "Poderiam fazer empréstimos, mas com juros mais baixos e com maior prazo para pagamento." |
| "Colocar gente capacitada para fazer as obras de reconstrução... As valas foram mal feitas... qualquer chuva enche ou entope. Instalar saneamento básico." |
| "Os empréstimos ter juros mais baixos para agricultores e comerciantes." |
| "Deviam criar um seguro específico para empresas que estão em área de risco. Até 2008 os seguros cobriam desastres, hoje em dia não." |
| "Criar um seguro para quem está em área de risco e dar maquinário para ajudar a recuperar." |

Tabela 9 Amostra das sugestões de medidas governamentais para auxiliar os empresários que possuem estabelecimentos localizados em áreas de risco

A maioria dos entrevistados (7) acredita que a forma como foram conduzidas as obras de reconstrução dificultou a retomada das atividades econômicas, especialmente para as madeireiras do bairro Alto Baú. Apenas 2 entrevistados disseram que as obras de reconstrução não dificultaram a retomada das atividades comerciais/industriais. As duas pontes destruídas durante em 2008 no bairro Alto Baú foram reconstruídas em 2009 sob a responsabilidade do Departamento de Infraestrutura (DEINFRA) e, quando concluídas as obras, pouco tempo duraram (foram destruídas pela primeira grande inundação ocorrida em 2010), fato que novamente contribuiu para dificultar o retorno à normalidade (figura 3). O tempo da entrega das pontes (aproximadamente 4 anos) comprometeu gravemente as atividades e a situação econômica dos moradores, especialmente dos donos de serrarias. O principal impacto socioeconômico observado foi o fechamento ou a mudança de absolutamente todas as madeireiras do bairro Alto Baú e a diminuição da oferta de empregos no local. Atualmente, muitos moradores necessitam se deslocar para outros bairros e até mesmo outros municípios em busca de emprego.



Figura 3 Ponte destruída pelas chuvas ocorridas em janeiro de 2011. Estrada Geral do Baú (1).
Autor(a): Lisangela Albino (2011)

A tabela 10 apresenta a amostra das respostas dos convidados sobre o impacto das obras de reconstrução no processo de retomada das atividades comerciais/industriais:

| **Amostra das respostas sobre o impacto das obras de reconstrução no processo de retomada das atividades comerciais/industriais:** |
| "Dificultou a retomada das atividades porque os caminhões não passavam com as cargas... Primeiro não tinha ponte... depois que fizeram as pontes elas estragaram e não suportava o peso do caminhão... Aí os caminhões não passavam e as madeireiras daqui fecharam todas." |
| "Porque as madeireiras ficaram sem acesso para escoar madeiras... Sem pontes e sem estradas por muito tempo." |
| "Muito tempo para liberar os acessos. Não houve nenhum tipo de obra que tenha visto da Prefeitura, só de outros órgãos." |
| "Porque abriram mais os rios e melhorou. Só a estrada que não melhorou." |
| "O Governo mandou máquina para abrir o rio, mas todo o resto demorou." |
| "Falta capacidade de quem fez as obras. Era para fazer uma ponte e fizeram uma galeria que entope e transborda. Em uma hora chega água nas casas. A gente vai se estruturando para melhorar com o nosso esforço." |
| "Não foi feito nada até agora. O bueiro enche com chuva de meia hora e essa obra já foi refeita 3 vezes." |

"A produção daqui não saía. As madeiras do Alto Baú fecharam por isso e por causa das pontes."

Tabela 10 Amostra das respostas sobre o impacto das obras de reconstrução no processo de retomada das atividades comerciais/industriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo 1 “avaliar a atual situação econômica dos agricultores e dos donos de comércio e indústria” concluiu-se que, cinco anos após o desastre muitos agricultores e pequenos empresários continuam endividados em virtude dos empréstimos adquiridos para a retomada das atividades econômicas. Apesar do recebimento de doações do todo o Brasil e países do exterior, o que efetivamente chegou aos moradores da Região dos Baús foi muito pouco, considerando-se a gravidade do desastre e o tempo que as famílias ficaram isoladas. As doações foram distribuídas, quase que em sua totalidade, aos desabrigados e desalojados dos abrigos do Município e não chegaram para várias famílias da zona rural. Quanto à retomada das atividades econômicas industriais e comerciais percebe-se que a ajuda Governamental, Municipal e da Proteção e Defesa Civil foi pouca ou nula. A liberação do FGTS para empresários do meio rural e agricultores não representa uma ajuda efetiva, pois não possuem carteira de trabalho assinada. O reerguimento da economia em todos os setores se deu, principalmente, por meio de empréstimos pessoais, fato que acarretou o endividamento de uma considerável parcela de empresários e agricultores por um longo período. A ocorrência de um possível novo desastre antes de quitarem as dívidas adquiridas em 2008 fará com que alguns empresários e agricultores abandonem a Região dos Baús por falta de capital de giro ou mesmo por não compensar um novo investimento nas atividades econômicas realizadas. Os impactos dos deslizamentos e/ou inundações nos cultivos provocaram alterações na qualidade do solo, principalmente pela remoção ou soterramento da camada orgânica. Apesar do investimento em adubos para a recuperação dos solos, os agricultores ainda não conseguem produzir o mesmo que antes do desastre. As sugestões dos comerciantes da Região dos Baús a respeito das medidas governamentais para auxiliar os empresários que possuem estabelecimentos localizados em áreas de risco, referem-se a empréstimos com maior carência e juros mais baixos, incentivo para a empresas localizadas em zona rural, criação de um seguro específico para empresas localizadas em áreas de risco, ajuda com a doação de maquinários que foram perdidos durante o desastre e contratação de funcionários capacitados para executar as obras de reconstrução. As sugestões sobre as medidas governamentais para auxiliar os agricultores em área de risco abordam, principalmente, o criação de seguros sobre os terrenos e maquinários, com juros mais baixos e maior carência, de forma que permita haver lucro sobre a colheita para começar a quitá-lo. Grande parte dos agricultores gostariam que o Governo Municipal disponibilizasse máquinas para arrumar o terreno após ser atingido por desastre, já que a hora máquina possui um valor muito alto.

Quanto ao objetivo 2 “compreender os principais problemas sociais e econômicos decorrentes da execução das obras de reconstrução na Região dos Baús”, nota-se que o tempo para a entrega das pontes (aproximadamente 4 anos) comprometeu gravemente as atividades e a situação econômica dos moradores, especialmente dos donos de serrarias. O fechamento e a mudança de local de absolutamente todas as madeiras do bairro Alto Baú diminuiu a oferta de empregos no local e, nos dias atuais, muitos moradores necessitam se deslocar para outros bairros e até mesmo outros municípios, tais como Blumenau e Gaspar, em busca de emprego. Com o fechamento da cooperativa de costureiras no mesmo bairro há pouca ou nenhuma oferta de emprego para as mulheres. Para os agricultores, a lentidão e o serviço mal feito nas estradas comprometeu o acesso para as propriedades que precisavam ser recuperadas, assim como o escoamento da produção.

A análise dos dados levantados nos permite verificar que as obras estruturais de reconstrução realizadas na Região dos Baús não foram executadas por instituições Municipais e não propiciaram melhores condições do que as existentes antes do desastre comprometendo, assim, a resiliência do Município frente à possível ocorrência de novos desastres na Região, gerando riscos futuros à população local e o comprometimento da recuperação das principais atividades econômicas desenvolvidas. O fechamento e a mudança de empresas na Região refletem diretamente na arrecadação de verbas do Município.

Opondo-se a proposta dos órgãos internacionais em que deve haver um planejamento para que a reconstrução das cidades afetadas por desastres ofereça melhores condições do que as existentes anteriormente, o que se detecta é a realização de um conjunto de obras nas mesmas condições das existentes anteriormente.

Para que houvesse o planejamento das obras de reconstrução, e o consequente aumento da resiliência, seria necessário o conhecimento prévio das condições naturais do Município e das obras que melhor se adequam a sua dinâmica natural. Não há como prever o desastre quando não se conhece riscos provenientes das vulnerabilidades sociais e das suscetibilidades do meio natural, na qual a sociedade está inserida. A realização do diagnóstico socioambiental do Município e a elaboração de mapas de risco devem ser o ponto de partida para as ações desenvolvidas pela Proteção e Defesa Civil Municipal. Porém, os mapas de risco precisam estar associados às ações da Gestão de Risco e integrados à Secretaria de Planejamento. Uma das principais dificuldades encontradas para se fazer essa integração encontra-se no fato de que em Municípios localizados em meio rural dificilmente há Secretaria de Planejamento. Integrar os mapeamentos de risco aos Planos Diretores Municipais para evitar ocupações e áreas de risco e gerenciar os riscos atuais e futuros só se torna possível em municípios com mais de 20 mil habitantes. Como pode-se observar, o meio rural possui características e necessidades específicas de planejamento e gestão de risco por diversos fatores, entre os quais podemos citar: 1) ter a economia voltada para o setor primário com práticas agrícolas que potencializam os processos erosivos e/ou de inundação (no caso específico de Ilhota); 2) menor densidade demográfica (fato que não impede que zonas rurais se tornem palco de grandes desastres com graves consequências de perdas humanas e econômicas); 3) prefeituras com poucos recursos para investir em planejamento territorial, gestão de risco e obras estruturais; 4) não obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores e consequente ocupação desordenada; e, 5) impossibilidade da propriedade comercial/industrial, localizada em áreas de risco, fazer seguros. A ideia de aproveitar a fase de reconstrução para melhorar e corrigir, na maioria das vezes e não só em Ilhota, tem sido mínima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. **O Desastre em Meio Rural: análise dos Impactos socioeconômicos na Região dos Baús, Ilhota, SC.** Dissertação de Mestrado – MPPT/FAED/UDESC. Florianópolis, 2014.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil.** Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2008.
- CARDONA, O. D. La Necesidad de Repensar de Manera Holística Los Conceptos de Vulnerabilidad y Riesgo. “Una crítica una revisión”. In: Internacional Work-Conference on Vulnerability in Disaster Theory and Practice. Holanda: 2001.
- CUNY C., FREDERICK, *Disasters and Development*, Oxford University Press, Inc. New York, Oxford, 1983. (Traducido al español por Gustavo Wilches-Chaux, 1985).
- LAVELL, A. Cuando le Llega El Tiempo a un Idea. **Desastres y Sociedad**, v.2, n. 2, p. 109-128, jun. 1994.
- Lavell, A. y E. Franco (1996). Estado, sociedad y la gestión de desastres en América Latina: en búsqueda del paradigma perdido. La Red, ITDG,Perú.
- NARVAEZ, L., LAVELL, A, PÉREZ, G. (2009). **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos.** Lima: Comunidad Andina. Secretaría General; Proyecto Apoyo a la Prevención de Desastres en la Comunidad Andina (PREDECAN), 102 pp.
- MENEZES, José Geraldo Rodrigues de. **A Tragédia do Morro do Baú.** Blumenau: Nova Letra, 2009.
- SC. **Reconstrução áreas afetadas catástrofe novembro 2008:** relatório de ações. Florianópolis: IOESC, 2008 162.
- UNDP – United Nations Development Program. **Reducing disaster risk: a challenge for development.** New York: UNDP, 2004. 130p.

Wilches Chaux, Gustavo. (1993) "La Vulnerabilidad Global". En Maskrey, A. (ed.) Los Desastres no son naturales. La Red. Tercer Mundo Editores, Colombia.